



ARVUT

SINERGIA EM
MEIO AMBIENTE



**ESTUDO DE IMPACTO
AMBIENTAL (EIA)**

VOLUME VI

CAPÍTULO 11

TERMINAL CELULOSE CMPC

PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2026.



Terminal Rio Grande do Sul S.A.

SUMÁRIO

11. APÊNDICE	5
11.1. Relatório Fotográfico do Empreendimento.....	5
11.2. Arquivos Vetoriais.....	5
11.3. Autorizações Emitidas por Intervenientes e Demais Documentos Semelhantes	5
11.3.1. Certidão de anuência dos municípios da ADA pelo empreendimento informando o enquadramento da área proposta de acordo com o plano diretor vigente e indicando a existência ou não de restrições quanto ao uso proposto na área, devendo este estar discriminado no documento	5
11.3.2. Anuência do IPHAN quanto à existência de Bens Culturais Acautelados na área de implantação do empreendimento a serem considerados	5
11.3.3. Anuência do Departamento de Recursos Hídricos/SEMA.....	5
11.3.4. Autorização para Manejo de Fauna, Conforme a Portaria FEPAM 075/2011	5
11.3.5. Caso haja comunidades Indígenas e/ou Quilombolas na área de influência direta do empreendimento, de acordo com a Portaria Interministerial 60/2015, o empreendedor preencherá a Ficha de Caracterização de Atividade no SOL FEPAM para os devidos encaminhamentos junto à FUNAI e/ou INCRA.....	6
11.3.6. Autorização da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ) para o empreendimento.....	6
11.3.7. Documento da Autoridade Hidroviária do Sul do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (AHSUL/DNIT) no qual informe se há hidrovia que conecte a instalação portuária a demais destinos. Apresentar cópia da Licença Ambiental da hidrovia.	6
11.4. Entrevistas Realizadas.....	6
Anexos.....	7



Terminal Rio Grande do Sul S.A.

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1. Relatório Fotográfico.....	8
Anexo 2. Certidão de anuência do município.	9
Anexo 3. Comprovante de protocolo da Ficha de Caracterização do Empreendimento (FCA) junto ao Iphan.	10
Anexo 4. Autorização de Manejo de Fauna.	11
Anexo 5. Mapa de localização das comunidades indígenas e quilombolas existentes no município do Rio Grande.	12
Anexo 6. Solicitação de Autorização da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ).	13
Anexo 7. Licença de Operação da Hidrovia.	14
Anexo 8. Entrevistas realizadas com a comunidade.	15



Terminal Rio Grande do Sul S.A.

11. APÊNDICE

11.1. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DO EMPREENDIMENTO

O Relatório Fotográfico do empreendimento encontra-se no Anexo 1.

11.2. ARQUIVOS VETORIAIS

Os arquivos vetoriais em formato *shapefile* e suas extensões contemplando as informações apresentadas durante o estudo estão anexadas como documentos complementares ao processo.

11.3. AUTORIZAÇÕES EMITIDAS POR INTERVENIENTES E DEMAIS DOCUMENTOS SEMELHANTES

11.3.1. Certidão de anuência dos municípios da ADA pelo empreendimento informando o enquadramento da área proposta de acordo com o plano diretor vigente e indicando a existência ou não de restrições quanto ao uso proposto na área, devendo este estar discriminado no documento

A Certidão de anuência do município do Rio Grande encontra-se no Anexo 2.

11.3.2. Anuência do IPHAN quanto à existência de Bens Culturais Acautelados na área de implantação do empreendimento a serem considerados

Conforme pode ser observado no Processo nº 01512.000274/2025-58 no dia 23/06/2025 foi emitido um Termo de Referência Específico para o empreendimento (TRE nº 76/2025/IPHAN-RS), o qual pode ser observado no Anexo 3.

11.3.3. Anuência do Departamento de Recursos Hídricos/SEMA

Não se aplica.

11.3.4. Autorização para Manejo de Fauna, Conforme a Portaria FEPAM 075/2011

A autorização para manejo de fauna pode ser observada no Anexo 4.



Terminal Rio Grande do Sul S.A.

11.3.5. Caso haja comunidades Indígenas e/ou Quilombolas na área de influência direta do empreendimento, de acordo com a Portaria Interministerial 60/2015, o empreendedor preencherá a Ficha de Caracterização de Atividade no SOL FEPAM para os devidos encaminhamentos junto à FUNAI e/ou INCRA

Conforme pode ser observado no mapa do Anexo 5 não existem comunidades Indígenas e/ou Quilombolas na área de influência direta do empreendimento.

11.3.6. Autorização da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ) para o empreendimento

A autorização referida neste pode ser observada no Anexo 6.

11.3.7. Documento da Autoridade Hidroviária do Sul do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (AHSUL/DNIT) no qual informe se há hidrovia que conecte a instalação portuária a demais destinos. Apresentar cópia da Licença Ambiental da hidrovia.

A Licença de Operação da hidrovia é apresentada no Anexo 7.

11.4. ENTREVISTAS REALIZADAS

As entrevistas realizadas com a comunidade podem ser observadas no Anexo 8.



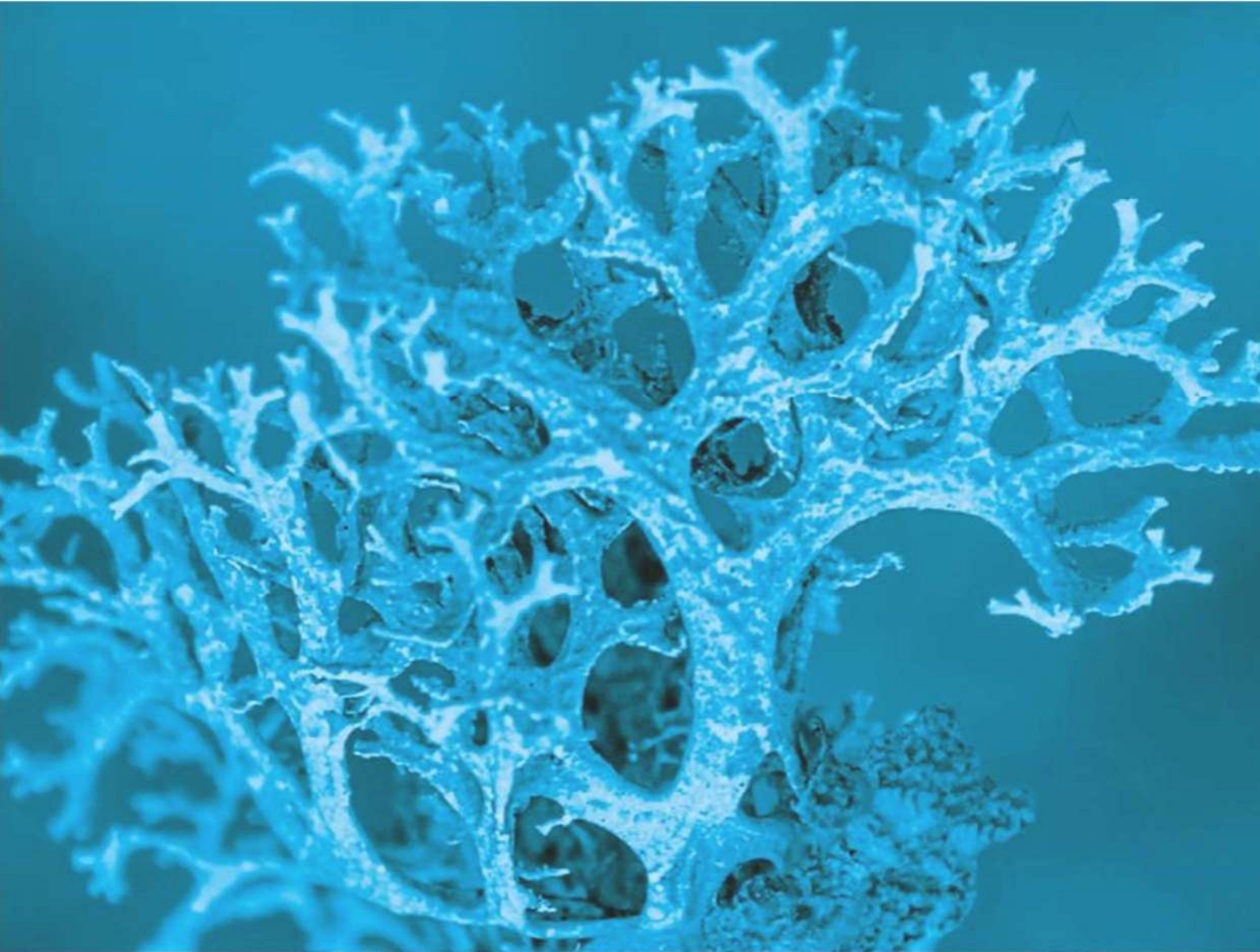
Terminal Rio Grande do Sul S.A.

ANEXOS



Terminal Rio Grande do Sul S.A.

Anexo 1. Relatório Fotográfico.

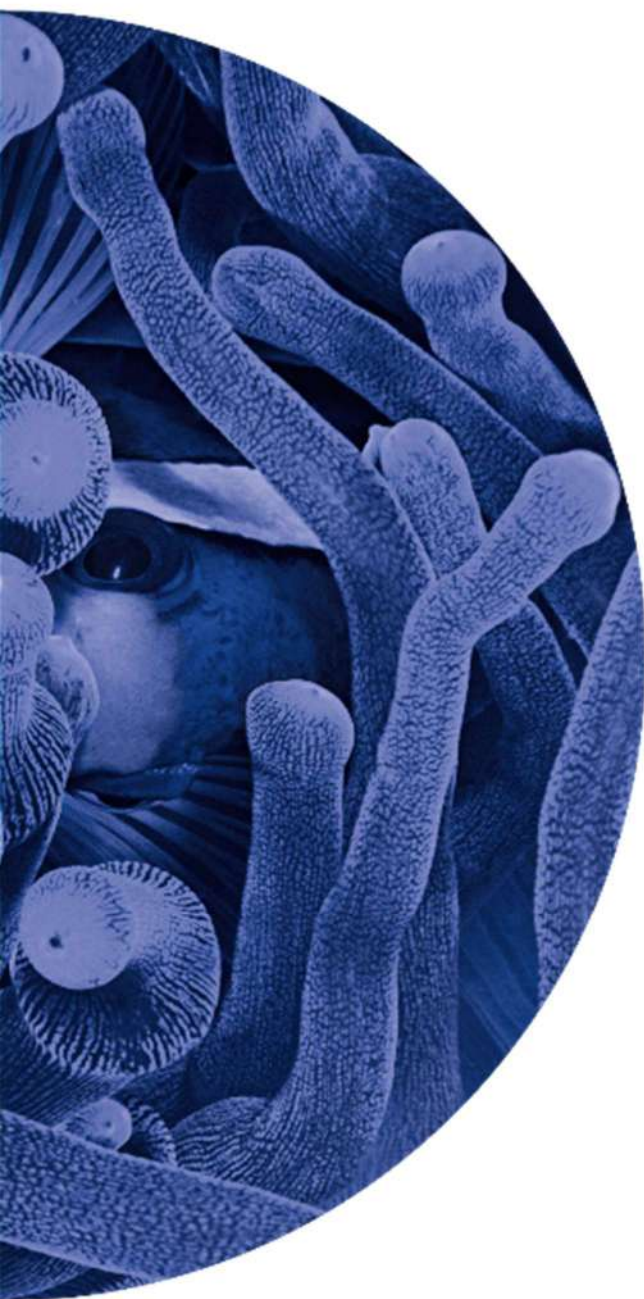


ARVUT

SINERGIA EM
MEIO AMBIENTE



Terminal Rio Grande do Sul S.A.



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Terminal Rio Grande do Sul S.A.

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1. Vista geral da Área Diretamente Afetada.	6
Foto 2. ADA, com poças após chuva.	6
Foto 3. Solo na ADA, de caráter arenoso.	6
Foto 4. Vista geral da área do empreendimento.	6
Foto 5. Área de praia com ocorrência de vegetação aquática e herbácea.....	7
Foto 6. Local onde a vegetação apresenta desenvolvimento maior, com flora arbustiva... 7	
Foto 7. Antiga plataforma de concreto utilizada para fins portuários, na Área Diretamente Afetada.	7
Foto 8. Antiga estrutura e edificação ao fundo, empregadas nas atividades portuárias, na ADA.....	7
Foto 9. Vista geral da ADA, próxima à Laguna dos Patos. Estruturas antigas ao fundo.	8
Foto 10. Vista geral que caracteriza a área lindeira à Laguna dos Patos na ADA.	8
Foto 11. Macrófitas aquáticas na praia da ADA.	8
Foto 12. Macrófitas aquáticas na ADA.	8
Foto 13. Caráter geral da vegetação, com predominância de gramíneas.	9
Foto 14. Vista geral da área destinada à implantação do terminal portuário.	9
Foto 15. Exemplar de mamona (<i>Ricinus communis</i>), espécie exótica invasora com ampla ocorrência local.	9
Foto 16. Vegetação nativa lindeira à Laguna dos Patos, na Área Diretamente Afetada.	9
Foto 17. Antigas estruturas na ADA, em área destinada à implantação do empreendimento.	10
Foto 18. Antigas estruturas e via de acesso veicular na Área Diretamente Afetada.....	10
Foto 19. Antigas edificações na ADA, com exemplar de figueira nativa (<i>Ficus</i> sp.), com fitossanidade ruim.....	10



Terminal Rio Grande do Sul S.A.

Foto 20. Antigas estruturas na ADA, onde o empreendimento será construído.....	10
Foto 21. Estruturas na ADA, próximas à antiga propriedade da empresa Swift.....	11
Foto 22. Área de divisa entre a propriedade da empresa Swift e a área onde será o terminal.	11
Foto 23. Antiga propriedade da empresa Swift, com imóveis inventariados.	11
Foto 24. Interior da área onde estão os imóveis empresa Swift. Vegetação mais desenvolvida.....	11
Foto 25. Característica geral da área da antiga empresa Swift, em divisa com a área do terminal.	12
Foto 26. Vegetação de grande porte junto às antigas edificações da Swift.	12
Foto 27. Vegetação nativa e exótica, de grande porte, na área da antiga empresa Swift.	12
Foto 28. Propriedade da antiga empresa Swift, com vegetais exóticos e nativos.....	12
Foto 29. Exemplar de figueira-de-folha-miúda (<i>Ficus cestriifolia</i>), imune ao corte.	13
Foto 30. Folha de figueira-de-folha-miúda (<i>Ficus cestriifolia</i>), imune ao corte.....	13
Foto 31. Perfil da área onde estão os imóveis inventariados, com vegetação nativa e exótica.	13
Foto 32. Solo e vegetação na área onde estão os imóveis inventariados da antiga empresa Swift.....	13
Foto 33. Sistema radicular de vegetal caído.	14
Foto 34. Vegetação em pleno desenvolvimento.....	14
Foto 35. Vegetação exótica e nativa estratificada. Vegetais caídos por ação climática.....	14
Foto 36. Vegetação nativa em desenvolvimento, como aroeira-vermelha (<i>Schinus terebinthifolia</i>).	14
Foto 37. Exemplares exóticos e nativos de grande porte, na propriedade da antiga Swift.	15
Foto 38. Vegetação junto à antiga edificação da empresa Swift, imóvel inventariado.....	15



Terminal Rio Grande do Sul S.A.

Foto 39. Exemplar de pinheiro-americano (Pinus sp.) de grande porte, espécie exótica invasora.	15
Foto 40. Interior da propriedade da antiga empresa Swift, depredada.	15
Foto 41. Área de imóveis inventariados, onde não haverá intervenção na implantação do terminal.	16
Foto 42. Imóveis inventariados da antiga empresa Swift, com grande depredação.....	16



Terminal Rio Grande do Sul S.A.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto 1. Vista geral da Área Diretamente Afetada.



Foto 2. ADA, com poças após chuva.



Foto 3. Solo na ADA, de caráter arenoso.



Foto 4. Vista geral da área do empreendimento.



Terminal Rio Grande do Sul S.A.



Foto 5. Área de praia com ocorrência de vegetação aquática e herbácea.



Foto 6. Local onde a vegetação apresenta desenvolvimento maior, com flora arbustiva.



Foto 7. Antiga plataforma de concreto utilizada para fins portuários, na Área Diretamente Afetada.



Foto 8. Antiga estrutura e edificação ao fundo, empregadas nas atividades portuárias, na ADA.



Terminal Rio Grande do Sul S.A.



Foto 9. Vista geral da ADA, próxima à Laguna dos Patos. Estruturas antigas ao fundo.



Foto 10. Vista geral que caracteriza a área lindeira à Laguna dos Patos na ADA.



Foto 11. Macrófitas aquáticas na praia da ADA.



Foto 12. Macrófitas aquáticas na ADA.



Terminal Rio Grande do Sul S.A.



Foto 13. Caráter geral da vegetação, com predominância de gramíneas.



Foto 14. Vista geral da área destinada à implantação do terminal portuário.



Foto 15. Exemplar de mamona (*Ricinus communis*), espécie exótica invasora com ampla ocorrência local.



Foto 16. Vegetação nativa lindeira à Laguna dos Patos, na Área Diretamente Afetada.



Terminal Rio Grande do Sul S.A.



Foto 17. Antigas estruturas na ADA, em área destinada à implantação do empreendimento.



Foto 18. Antigas estruturas e via de acesso veicular na Área Diretamente Afetada.



Foto 19. Antigas edificações na ADA, com exemplar de figueira nativa (*Ficus* sp.), com fitossanidade ruim.



Foto 20. Antigas estruturas na ADA, onde o empreendimento será construído.



Terminal Rio Grande do Sul S.A.



Foto 21. Estruturas na ADA, próximas à antiga propriedade da empresa Swift.



Foto 22. Área de divisa entre a propriedade da empresa Swift e a área onde será o terminal.



Foto 23. Antiga propriedade da empresa Swift, com imóveis inventariados.



Foto 24. Interior da área onde estão os imóveis empresa Swift. Vegetação mais desenvolvida.



Terminal Rio Grande do Sul S.A.



Foto 25. Característica geral da área da antiga empresa Swift, em divisa com a área do terminal.



Foto 26. Vegetação de grande porte junto às antigas edificações da Swift.



Foto 27. Vegetação nativa e exótica, de grande porte, na área da antiga empresa Swift.



Foto 28. Propriedade da antiga empresa Swift, com vegetais exóticos e nativos.



Terminal Rio Grande do Sul S.A.



Foto 29. Exemplar de figueira-de-folha-miúda (*Ficus cestrifolia*), imune ao corte.



Foto 30. Folha de figueira-de-folha-miúda (*Ficus cestrifolia*), imune ao corte.



Foto 31. Perfil da área onde estão os imóveis inventariados, com vegetação nativa e exótica.



Foto 32. Solo e vegetação na área onde estão os imóveis inventariados da antiga empresa Swift.



Terminal Rio Grande do Sul S.A.



Foto 33. Sistema radicular de vegetal caído.



Foto 34. Vegetação em pleno desenvolvimento.



Foto 35. Vegetação exótica e nativa estratificada.
Vegetais caídos por ação climática



Foto 36. Vegetação nativa em desenvolvimento,
como aroeira-vermelha (*Schinus terebinthifolia*).



Terminal Rio Grande do Sul S.A.



Foto 37. Exemplares exóticos e nativos de grande porte, na propriedade da antiga Swift.



Foto 38. Vegetação junto à antiga edificação da empresa Swift, imóvel inventariado.



Foto 39. Exemplar de pinheiro-americano (*Pinus* sp.) de grande porte, espécie exótica invasora.



Foto 40. Interior da propriedade da antiga empresa Swift, depredada.



Terminal Rio Grande do Sul S.A.



Foto 41. Área de imóveis inventariados, onde não haverá intervenção na implantação do terminal.



Foto 42. Imóveis inventariados da antiga empresa Swift, com grande depredação.



Terminal Rio Grande do Sul S.A.

Anexo 2. Certidão de anuência do município.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria Municipal de Coordenação, Planejamento, Habitação e
Regularização Fundiária

CERTIDÃO

Certificamos para os devidos fins, por solicitação da CMPC CELULOSE RIOGRANDENSE LTDA, que o imóvel sito à Avenida Honório Bicalho, nº 1722, corresponde, em sua extensão à Unidade de Planejamento UI-01 (Unidade Industrial 01), cujo regime de usos permitidos através da Lei Municipal 6.964/2010 corresponde àqueles relacionados ao grupamento USO 09 ou correlatos, bem como atividades portuárias e industriais de baixo risco, em conformidade ao Art. 11. da Lei Municipal 6.588/2008

Eu, Andrea dos Santos, expeço a presente Certidão aos quatro (04) dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco (2025).

ANDREA DOS
SANTOS:38414899072

Assinado digitalmente por ANDREA DOS SANTOS:38414899072
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia, OU=33952032000146, OU= Pessoa Fisica A1, OU=ARALTERNATIVE, OU=Autoridade Certificadora
ALTERNATIVE, CN=ANDREA DOS SANTOS:38414899072
Razão: Eu sou o autor deste documento.
Localização:
Data: 2025.06.04 18:48:42-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.1

ANDREA DOS SANTOS
SECRETÁRIA ADJUNTA DE MUNICÍPIO DE PLANEJAMENTO
HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



Terminal Rio Grande do Sul S.A.

Anexo 3. Termo de Referência Específico do Iphan - TRE nº 76/2025/IPHAN-RS.



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Superintendência do IPHAN no Estado do Rio Grande do Sul

LICENCIAMENTO AMBIENTAL
TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO DO IPHAN

TRE Nº 76/2025/IPHAN-RS

Identificador de FCA

Número: RS-066/2025

Data de Protocolo da FCA

29/04/2025

Porto Alegre, 23 de 06 de 2025.

À **FEPAM** – Fundação Estadual de Proteção Ambiental
Divisão de Licenciamento
E-mail: disa@fepam.rs.gov.br

C/C

Ao Senhor
Clóvis Zimmer
CMPC Celulose Riograndense LTDA
E-mail: clovis.zimmer@projetonaturezars.com.br

Empreendimento: Terminal Portuário - CMPC Celulose Riograndense LTDA, município de Rio Grande/RS.

Nº Processo IPHAN: 01512.000274/2025-58.

Nº processo de licenciamento no órgão ambiental: FEPAM nº 11599-05.67/24.3.

Área total do empreendimento: 0,5185 km².

Empreendedor: CMPC Celulose Riograndense LTDA (CNPJ 11.234.954/0001-85)

Prezados,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que após análise da Ficha de Caracterização de Atividade (FCA) do empreendimento em epígrafe com vistas à definição dos estudos de avaliação de impacto em relação aos bens acautelados, nos termos da Portaria Interministerial nº 60/2015 e da Instrução Normativa IPHAN nº 001/2015, comunicamos que o documento atende as normas legais supracitadas.

Neste sentido, deverão ser apresentados os seguintes estudos visando subsidiar o cumprimento deste **Termo de Referência Específico (TRE)**:

a. Em relação aos **Bens Arqueológicos**, protegidos conforme o disposto na Lei nº 3.924/61:

a1. O empreendimento recebeu o enquadramento de **nível II** em função de sua tipologia (item do anexo II da IN IPHAN nº 001/2015) e caracterização (anexo I da IN IPHAN nº 001/2015).

a2. Dessa forma, será necessária a apresentação do **Relatório de Acompanhamento Arqueológico** que, por sua vez, será precedido por uma **Proposta de Acompanhamento Arqueológico**, com as seguintes informações e estudos:

I. PROPOSTA DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO - NÍVEL II

O Acompanhamento Arqueológico consiste na presença, em campo, de Arqueólogo, que será responsável pela gestão do patrimônio arqueológico eventualmente identificado durante a execução do empreendimento.

O Acompanhamento Arqueológico será autorizado pelo IPHAN mediante a apresentação de uma **PROPOSTA DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO**, que deverá conter:

1. Termo de Compromisso do Empreendedor - TCE (Anexo III - IN IPHAN nº 001/2015);
2. Termo de Compromisso do Arqueólogo Coordenador - TCA (Anexo IV - IN IPHAN nº 001/2015);
3. Currículo do Arqueólogo Coordenador, dos Arqueólogos Coordenadores de Campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada;
4. Declaração de participação de TODOS os membros da equipe de pesquisa;
5. Cronograma detalhado de execução de obras que impliquem em revolvimento de solo;
6. Metodologia para realização do Acompanhamento Arqueológico compatível com o cronograma detalhado de execução de obras;
7. Cronograma de apresentação de Relatórios Parciais e Final do Acompanhamento Arqueológico;
8. Poligonal da área abrangida pela proposta de acompanhamento em formato *shapefile*;
9. Mapa imagem em escala compatível.

Considerando, que a área em questão corresponde ao local do antigo Frigorífico Swift, importante indústria de Rio Grande e elemento constituinte da história da região, que funcionou entre 1918 e 1959, recomenda-se que junto à Proposta de Acompanhamento Arqueológico se apresente endosso institucional e metodologia para eventual identificação de estruturas arqueológicas, com o passo a passo dos procedimentos, entre eles a comunicação imediata ao IPHAN.

Nesse sentido, a Proposta de Acompanhamento deve apresentar: a) uma contextualização histórico-arqueológica do Antigo Complexo do Frigorífico Swift, por meio de levantamento de dados primários, tais como atas, plantas, cartografia histórica, fotografias, documentos, entre outros e dados secundários, a partir de consulta à bibliografia especializada; b) Proposição de metodologia de pesquisa que considere os aspectos da Arqueologia Preventiva, Arqueologia Histórica, e principalmente, aspectos da Arqueologia Industrial.

Sendo assim, solicita-se também que na Proposta de Acompanhamento conste a sobreposição da planta do empreendimento à antiga planta do Frigorífico Swift, analisando os pontos onde é possível a identificação de remanescentes do frigorífico e quais as medidas propostas na atividade de Acompanhamento.

A proposta de acompanhamento arqueológico deverá ser apresentada ao IPHAN para fins de autorização.

O **ato normativo exclusivo** que confere ao proponente a autorização para a execução do **Acompanhamento Arqueológico** é a **portaria de autorização publicada no Diário Oficial da União** pelo Centro Nacional de Arqueologia – CNA.

A realização de quaisquer atividades de **Acompanhamento Arqueológico** sem a referida autorização publicada no Diário Oficial da União significará o descumprimento do Termo de Compromisso do Arqueólogo Coordenador e do Termo de Compromisso do Empreendedor.

A anuência para a Licença de Instalação (LI), no que se refere ao patrimônio arqueológico, corresponderá a publicação, no diário oficial da união, da autorização de execução da Proposta de Acompanhamento Arqueológico.

Destaca-se que a execução do acompanhamento arqueológico poderá ser realizada pelo arqueólogo coordenador ou por arqueólogo coordenador de campo, por ele designado, considerando a necessidade de se ter, para cada frente de obra, um arqueólogo coordenador de campo.

Destaca-se também que a autorização do IPHAN para realização de pesquisas arqueológicas em Terras Indígenas, Comunidades Quilombolas ou em áreas especialmente protegidas, não exime o interessado de obter, junto às instituições responsáveis, as respectivas autorizações relativas ao cronograma de execução, bem como a autorização da entrada dos profissionais nas áreas pretendidas.

II. RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO

O acompanhamento arqueológico deverá ser descrito em relatórios, assinados pelo arqueólogo coordenador, a serem submetidos pelo empreendedor à avaliação do IPHAN, contendo:

1. Descrição detalhada das atividades realizadas, acompanhado de consistente documentação fotográfica georreferenciada comprobatória dos trabalhos realizados em campo.

A não apresentação, sem justificativa técnica fundamentada, dos relatórios previstos acarretará na paralisação da obra sem prejuízo das sanções aplicáveis ao arqueólogo coordenador.

Em caso de achados arqueológicos, o arqueólogo coordenador deverá:

- Determinar a paralisação da obra nos trechos ou áreas onde for identificado patrimônio arqueológico;
- Comunicar ao IPHAN a existência de patrimônio arqueológico na Área Diretamente Afetada - ADA do empreendimento, recomendando as medidas a serem adotadas; e,
- Aguardar deliberação e pronunciamento do IPHAN ao órgão ambiental licenciador e ao empreendedor, no prazo máximo de quinze dias, sobre as ações a serem executadas.

Salienta-se que, caso o empreendimento sofra alteração em sua localização, deve-se apresentar documentação com todos os requisitos, já citados acima, necessários a manifestação deste instituto, ou seja, o arqueólogo coordenador deverá indicar quais serão as alternativas locacionais para o empreendimento, indicando qual o grau de impacto em cada um dos locais sugeridos.

b. Em relação aos bens Registrados (patrimônio imaterial), nos termos do Decreto nº 3.551/2000 e demais normas aplicáveis, informamos:

b1. Tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 60/2015 e Instrução Normativa IPHAN nº 001/2015 acerca de trâmites de licença ambiental, para análise do empreendimento supracitado, informamos que o mesmo não apresenta risco até o presente momento a bens culturais de natureza imaterial registrados ou com processo de registro devidamente instruído nos termos do Decreto nº 3.551/2000.

b2. No entanto, em função do caráter dinâmico das manifestações culturais, a Superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul deve ser comunicada caso futuramente constatada interferência em bem cultural imaterial registrado ou com processo de registro devidamente instruído, para Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados, nos termos do Artigos 11 e 13 da IN nº 001/2015.

c. Em relação aos **bens Tombados e Valorados (patrimônio material)** nos termos do Decreto-Lei nº 25/1937 e da Lei nº 11.483/2007 existentes na área do empreendimento e, conforme previsão constante na Instrução Normativa IPHAN nº 001/2015, informamos:

c1. No município de Rio Grande/RS estão localizados os seguintes bens tombados ou em instrução de tombamento, nos termos do Decreto-Lei nº 25/1937:

- a) Igreja Matriz de São Pedro e Capela da Ordem Terceira de São Francisco - Tombado
- b) Casa à rua Marechal Floriano, onde funciona a Alfândega - Tombado
- c) Canoa de Pranchão, de nome Tradição - Tombado
- d) Caixa d'água - Em instrução de tombamento
- e) Igreja Romana (Capela do Taim) - Em instrução de tombamento

c2. Portanto, uma vez que há bens tombados, nos termos do Decreto-Lei nº 25/1937, na AID do empreendimento, o empreendedor deverá apresentar a esta Superintendência o "Relatório de Avaliação de Impacto aos Bens Tombados presentes na AID", de acordo com o Art. 13 da Instrução Normativa IPHAN nº 001/2015. Para tanto, observados os incisos do mesmo artigo, o Relatório deverá conter o que cabe aos bens edificados tombados, a saber:

- I - localização e delimitação georreferenciada dos bens tombados Matriz de São Pedro e Capela da Ordem Terceira de São Francisco e Casa à rua Marechal Floriano, onde funciona a Alfândega;
- II - caracterização e avaliação da situação dos referidos bens;
- III - avaliação das ameaças ou impactos sobre os referidos bens; e
- IV - proposição de medidas para a sua preservação, caso identifiquem-se ameaças ou impactos conforme alínea "c".

Recomendamos, ainda, que o relatório contenha levantamento fotográfico que apresente visuais desde a área de implantação do empreendimento, de modo a possibilitar a verificação da ausência de interferência visual e negativa na ambiência dos referidos bens edificados tombados mencionados.

Informamos, ainda, que não há no município do empreendimento bens culturais valorados nos termos da Lei nº 11.483/2007.

Desse modo, este **Instituto é favorável à emissão da Licença Prévia (LP) deste empreendimento.**

Contudo, a anuência do IPHAN à Licença de Instalação (LI), conforme indicado acima, fica condicionada à publicação, no Diário Oficial da União - DOU, da autorização de execução da Proposta de Acompanhamento Arqueológico.

O parágrafo acima não se aplica em caso de solicitação de solicitação dos estudos previstos no Art. 13 da IN 001/2015 - Relatório de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados presentes na AID.

Sem mais, informamos que nos encontramos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Rafael Pavan dos Passos
Superintendente do IPHAN no Rio Grande do Sul



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Pavan dos Passos, Superintendente do IPHAN-RS**, em 23/06/2025, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **6426250** e o código CRC **FE66760A**.



Terminal Rio Grande do Sul S.A.

Anexo 4. Autorização de Manejo de Fauna.



AUTORIZAÇÃO PARA MANEJO DE FAUNA SILVESTRE

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 13280-05.67/24.7 concede a presente AUTORIZAÇÃO PARA MANEJO DE FAUNA SILVESTRE.

I - Identificação:

EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: 178370 - CMPC CELULOSE RIOGRANDENSE LTDA

CPF / CNPJ / Doc Estr: 11.234.954/0001-85

ENDEREÇO: RUA GERALDO 1680
ALVORADA
92703-470 GUAIBA - RS

EMPREENDIMENTO: 453581 - PORTO

LOCALIZAÇÃO: AVENIDA HONORIO BICALHO
GETULIO VARGAS
RIO GRANDE - RS

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude: -32,04837700 Longitude: -52,07578600

A PROMOVER O MANEJO DE FAUNA SILVESTRE A FIM DE VIABILIZAR INSTALAÇÃO DO EMPREENDIMENTO: PORTO

RAMO DE ATIVIDADE: 4.720,50

MEDIDA DE PORTE: 28,5842 área total em hectares (ha)

II - Condições e Restrições:

1. Quanto ao Empreendimento:

- 1.1- período de validade deste ato administrativo: 11/12/2024 à 11/12/2025;
- 1.2- está autorizada a captura, transporte e o monitoramento da biota aquática e terrestre ocorrentes na área do empreendimento e área de estudo, durante a vigência desta licença, conforme metodologias propostas no Projeto Técnico para Levantamento de Fauna;
- 1.3- esta Autorização tem como finalidade a realização de atividades em campo com grupos faunísticos que necessitem a captura de exemplares presentes na área de estudo, referente ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA), do Terminal Portuário de carga geral com especialização para Celulose e Papel;

2. Destino:

- 2.1- os exemplares da fauna silvestre capturados, após identificados, deverão ser soltos na área de captura (no caso do resgate: nas áreas de soltura previamente definidas no processo);
- 2.2- a coleta de espécimes não identificadas in loco ficará limitada a 04 (quatro) exemplares por morfotipo. (No caso do resgate: as coletas deverão se restringir a espécimes cujo óbito tenha ocorrido por ocasião do evento. Casos excepcionais deverão ter autorização expressa da Fepam);
- 2.3- a entrega dos exemplares conforme condicionante acima deverá ser comprovada através de documento de recebimento;
- 2.4- esta Autorização não permite o transporte de animais vivos para além da área do empreendimento. No caso do resgate: fora do trajeto para clínica veterinária, quando houver previsão no processo;

- 2.5- os exemplares coletados ou que vierem a óbito deverão ser preservados em meio específico, etiquetados com todos os dados da coleta e depositados no Departamento de Zoologia, do Instituto de Biociências, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, conforme as cartas de aceite juntadas ao processo;

3. *Classes a serem manejadas:*

- 3.1- herpetofauna;
- 3.2- mastofauna;
- 3.3- fitoplâncton;
- 3.4- zooplâncton;
- 3.5- macroinvertebrados bentônicos;
- 3.6- ictiofauna;
- 3.7- carcinofauna;
- 3.8- deverá ser apresentado o levantamento do crustáceo/camarão rosa com vistas a identificar e dimensionar eventuais alterações ambientais que possam decorrer na área de influência do referido empreendimento;
- 3.9- peixes anuais devem ser investigados a nível de espécie em poças temporárias com a utilização de puçás. As poças onde forem encontradas espécies de peixes anuais devem ser localizadas em planta com coordenadas em graus decimais para eventual translocação, caso necessário;

4. *Técnicos Responsáveis:*

- 4.1- o técnico responsável pelo trabalho deverá levar consigo cópia desta Autorização, ART atualizada e documento comprovando a atividade profissional;
- 4.2- no caso de alteração da equipe técnica, a FEPAM deverá ser comunicada antecipadamente;
- 4.3- somente poderão exercer as atividades os técnicos informados no processo, conforme documentação protocolada;
- 4.4- este trabalho tem como responsável técnica a Bióloga Thaís Ascoli Morrete, CRBio 110870/03-D, ART 2024/14875 e CTF IBAMA 6561747;

5. *Demais Condicionantes:*

- 5.1- esta Autorização não permite o transporte de animais vivos para fora da área do empreendimento, salvo situações expressamente autorizadas pela FEPAM;
- 5.2- as coletas deverão se restringir a espécimes cuja espécie não puder ser identificada in loco. Casos excepcionais deverão ter autorização expressa da FEPAM;
- 5.3- deverão ser enviados relatórios trimestrais das atividades desenvolvidas e ao final do monitoramento (12 meses) deverá ser entregue o relatório completo do monitoramento;
- 5.4- ao final dos levantamentos deverá ser protocolado relatório informando os resultados do estudo, inclusive os episódios de óbitos ou buscas de atendimento veterinário;
- 5.5- a não observância de quaisquer dessas condicionantes e normas implicará na suspensão desta Autorização;

Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá fazer Pedido de Alteração no SOL, imediatamente, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento;

Esta Autorização é válida para as condições acima até 11 de dezembro de 2025, caso ocorra o descumprimento das condições e restrições desta autorização, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta Autorização deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização;

Esta Autorização não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Data de emissão: Porto Alegre, 09 de dezembro de 2024.

Este documento é válido para as condições acima no período de 11/12/2024 a 11/12/2025.

Este documento foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site www.fepam.rs.gov.br.

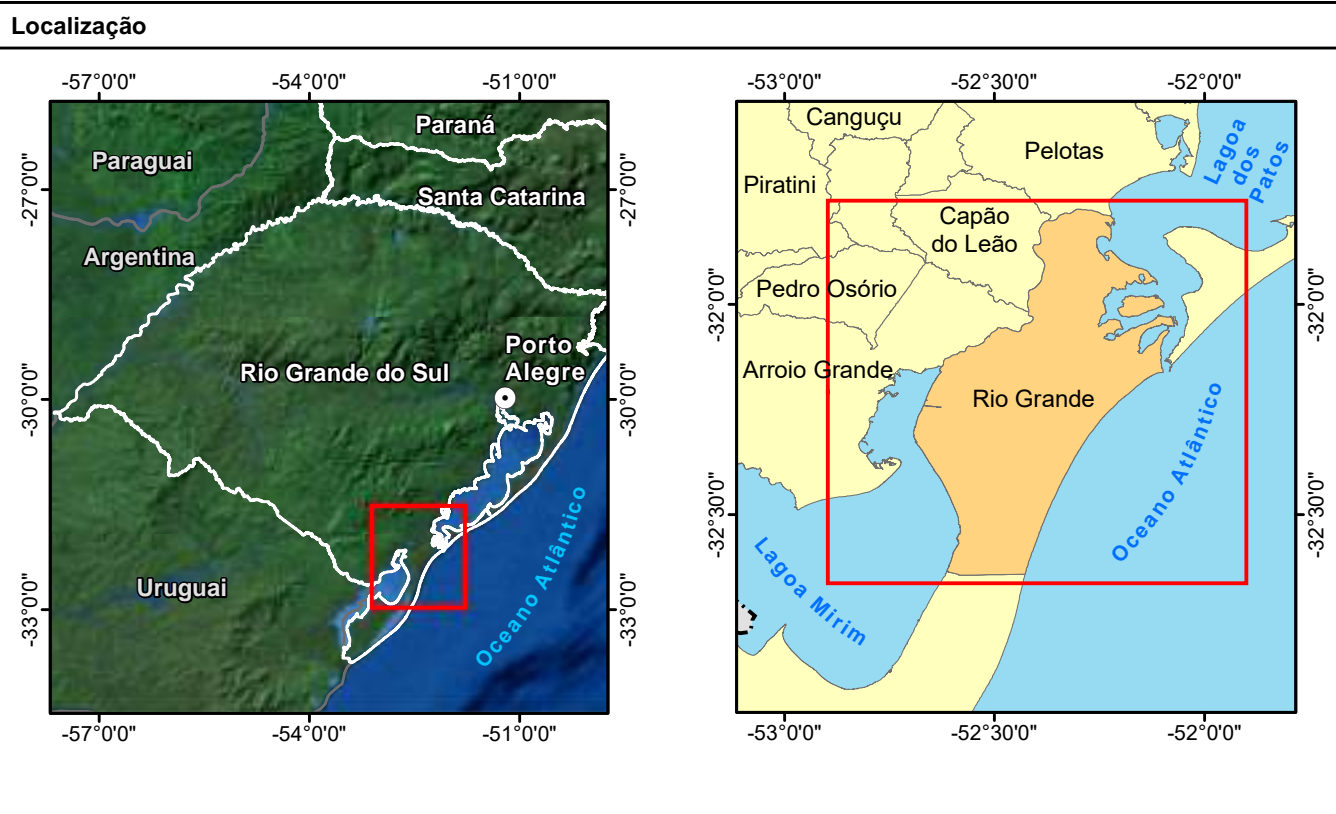
Documento Assinado Digitalmente

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
Gabriel Simioni Ritter	11/12/2024 18:24:07 GMT-03:00	01081643064	assinatura válida

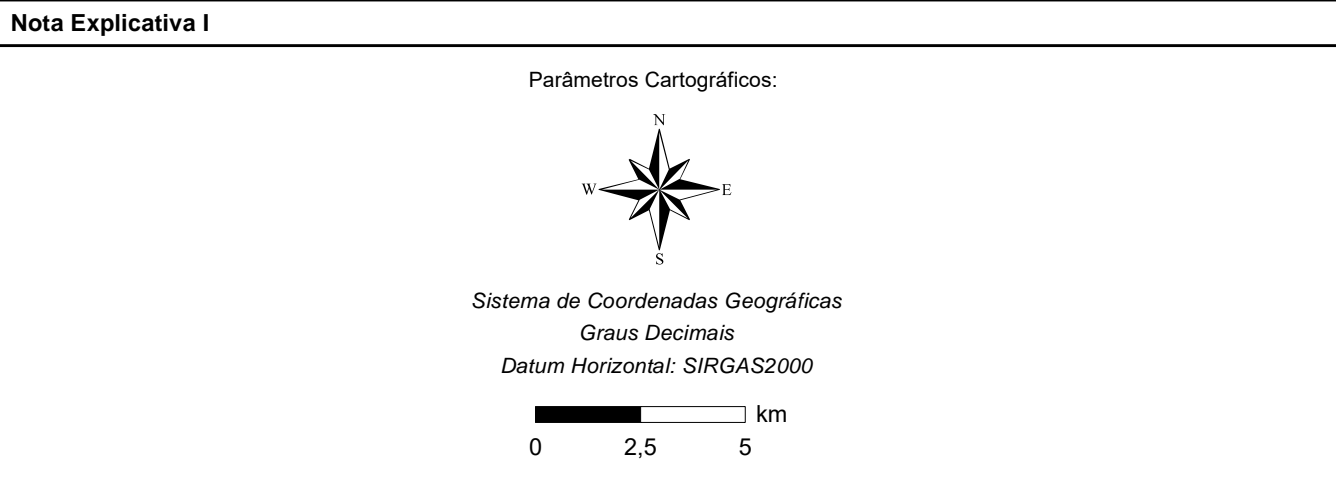


Terminal Rio Grande do Sul S.A.

Anexo 5. Mapa de localização das comunidades indígenas e quilombolas existentes no município do Rio Grande.



Legenda	
	Comunidade Indígena Tekoá Para Rokê, Mbyá-Guarani
	Comunidade Indígena Tekoá YYrembé, Mbyá-Guarani
	Comunidade Indígena Êmã sí Goj Tahn, Kaingang
	Comunidade Quilombola Macanudos
	Localidade
	Rodovia Federal
	Rodovia Estadual
	Ferrovia
	Limite Municipal
	Área Diretamente Afetada
	Área de Influência Indireta do Meio Socioeconômico - Meio Terrestre
	Área de Influência Indireta do Meio Socioeconômico - Meio Aquático



Nota Explicativa II

Fonte das Informações:

- Trecho de Drenagem, Rodovia, Limite Municipal: Base Cartográfica do Estado do RS, Escala: 1:25.000 - BCRS25, Versão 1.0 - 2018.
- Localidade e Divisão Estadual: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018.
- Áreas de Influência: Arvut Meio Ambiente, 07/04/2025.
- Comunidade Indígenas e Quilombolas: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, Departamento de Desenvolvimento Agrário, Pesqueiro, Aquícola, Indígenas e Quilombolas. Of. 230/Ddapa/2022. 09/12/2022.
- Imagem Base: Aplicativo Google Satellite.

Projeto: Estudo de Impacto Ambiental com Vistas à Obtenção de Licença Prévia de Eia/Rima para Terminal Portuário Privado no Complexo Portuário do Rio Grande			Local: Rio Grande - RS
Título: Mapa de Comunidade Indígenas e Quilombolas			
Responsável Técnico: Eng. Cív. Kayo C. F. Soares CREA/RS 225372	Elaborado por: Geógrafo Eduardo Farina CREA/RS 177016	Aprovado por: Bióloga Thais Ascoli Morrete CRBio 110670/03D	Executora:
Parâmetros Cartográficos: Ver nota explicativa I	Fonte de Dados: Ver nota explicativa II	Escala: 1:180.000	Prancha: 001/001
Documento Digital: 241_EIA_SOCIO_Ali_COM_INDIG_QUIL_A1	Contratante: CMPC / Neltime Ports	Data: maio/2025	



Terminal Rio Grande do Sul S.A.

Anexo 6. Solicitação de Autorização da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ).



Guaíba (RS), 05 de junho de 2025.

À
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUÍS ROESSLER – FEPAM
Diretoria Técnica
Divisão de Infraestrutura e Saneamento Ambiental - DISA

A **CMPC CELULOSE RIOGRANDENSE LTDA.** ("CMPC"), pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua São Geraldo, nº 1680, Bairro Ermo, Guaíba – RS, inscrita no CNPJ sob o nº 11.234.954/0001-85, vem, por meio deste, esclarecer que o item 3.12.3 - f do TR, relativo a apresentar:

f. Autorização da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ) para o empreendimento, caso já tenha sido requerida.

Que a autorização junto a ANTAQ, será requerida uma vez concluído o processo de obtenção de concessão da área, em tratativas com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Tão logo tenhamos esta Autorização apresentaremos à esta Fundação, para apensar ao processo.

Atenciosamente,

DocuSigned by:
Clovis Zimmer
D368484ABD3A47A...

CLOVIS ZIMMER,
Consultor Sênior de Meio Ambiente
422.869.800-04



Terminal Rio Grande do Sul S.A.

Anexo 7. Licença de Operação da Hidrovia.



LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 5218-05.67/16.3 concede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO.

I - Identificação:

EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: 246285 - PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

CPF / CNPJ / Doc Estr: 46.191.353/0002-06
ENDEREÇO: AVENIDA MAUA 1050
CENTRO HISTORICO
90010-110 PORTO ALEGRE - RS

EMPREENDIMENTO: 186842 - SISTEMA HIDROVIARIO LAGO GUAIBA E LAGOA DOS PATOS

LOCALIZAÇÃO: LAGOA DOS PATOS, LAGO GUAIBA E DELTA DO JACUI

Municípios: Arambaré, Barra do Ribeiro, Camaquã, Guaíba, Mostardas, Porto Alegre, Rio Grande, São Jerônimo, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tapes, Triunfo, Viamão - todos localizados no Estado do RS

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude: -30,05225900 Longitude: -51,15015550

Coordenadas Geográficas

Datum SIRGAS 2000

LAGOA DOS PATOS (canais principais de navegação)

Trecho	Extensão Km	Latitude / Longitude Inicial		Latitude / Longitude Final	
FEITORIA	17,13	-31,66231700	-51,85134600	-31,72180000	-52,01614000
NASCIMENTO	1,22	-31,71928300	-52,10058000	-31,72095000	-52,11308200
COROA DO MEIO	7,71	-31,73968300	-52,17605500	-31,80315000	-52,17605500
SETIA	11,12	-31,80315000	-52,17605500	-31,89945000	-52,14334100
MIGUEL DA CUNHA	2,10	-32,01628700	-52,06184400	-32,02913000	-52,07642300

LAGOA DOS PATOS (acessos)

Trecho	Extensão Km	Latitude / Longitude Inicial		Latitude / Longitude Final	
Acesso a São Lourenço	1,60	-31,38019500	-51,96689700	-31,39051800	-51,95532000
Barra do São Gonçalo	3,74	-31,78939600	-52,22102400	-31,80315000	-52,17605500
Acesso Colônia Z14 Palmares do Sul	5,75	-30,26471177	-50,50854215	-30,26505514	-50,52630806
Tapes	0,51	-30,67937703	-51,39378353	-30,67937180	-51,38952781
Arambaré	0,51	-30,91028278	-51,49615010	-30,91315306	-51,49198444
Acesso Colônia Z6 Pelotas	0,77	-31,70304183	-52,15337786	-31,70105622	-52,15501994

LAGO GUAIBA (canais principais de navegação)

Trecho	Extensão Km	Latitude / Longitude Inicial		Latitude / Longitude Final	
CRISTAL	2,30	-30,05225900	-51,25002590	-30,07283200	-51,24716600
PEDRAS BRANCAS	1,80	-30,09614400	-51,27110200	-30,10395200	-51,28748100
LEITÃO	7,20	-30,12874100	-51,29191300	-30,21165900	-51,25597800
BELEM	5,50	-30,22461700	-51,23833900	-30,25718300	-51,19522100
JUNCO	10,63	-30,29795000	-51,15371300	-30,34961700	-51,05962200
CAMPISTA	1,70	-30,36855000	-51,06039400	-30,38386700	-51,06111200

Coordenadas Geográficas					
Trecho	Extensão Km	Latitude / Longitude Inicial		Latitude / Longitude Final	
ITAPUÃ	2,45	-30,38860000	-51,06132500	-30,40820700	-51,06224400

LAGO GUAIBA (acessos)

Trecho	Extensão Km	Latitude / Longitude Inicial		Latitude / Longitude Final	
Ilha da Pintada (Z-05)	0,65	-30,02704461	-51,27268841	-30,02877507	-51,26708534
Itapuã/Viamão (Z-04)	0,69	-30,28244727	-51,02162362	-30,28541846	-51,02750473
Barra do Ribeiro	2,30	-30,27813842	-51,28389083	-30,28304140	-51,30192797
Rota das Balseiras	5,95	-30,03232559	-51,30315307	-30,06323417	-51,26122912

LAGO GUAIBA (travessia)

Trecho	Extensão Km	Latitude / Longitude Inicial		Latitude / Longitude Final	
Guaíba (Terminal Hidroviário)	1,29	-30,10978268	-51,30119660	-30,10807193	-51,30992387

DELTA DO JACUÍ (canais principais de navegação)

Trecho	Extensão Km	Latitude / Longitude Inicial		Latitude / Longitude Final	
NAVEGANTES	0,50	-30,02143700	-51,22457400	-30,01881800	-51,22017100
FURADINHO	2,80	-29,98265800	-51,21425500	-29,95877700	-51,22581100
SACO DO CABRAL (GRAVATAÍ FOZ)	1,00	-29,98844400	-51,20766300	-29,97980300	-51,20489800
RIO DAS BALSAS	2,50	-29,94224900	-51,27560600	-29,94755500	-51,30036700
FOZ DO SINOS	0,80	-29,93567500	-51,23563400	-29,92958000	-51,23753600
FOZ DO CAÍ	2,10	-29,92983200	-51,28757000	-29,93466100	-51,26597000

JACUÍ (travessia)

Trecho	Extensão Km	Latitude / Longitude Inicial		Latitude / Longitude Final	
Porto do Bote	0,25	-29,95346741	-51,72406742	-29,94642200	-51,71740000
Porto da Balça	0,25	-29,94544900	-51,71226300	-29,95196200	-51,70976100

A PROMOVER A OPERAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: HIDROVIA PRINCIPAL, CANAIS DE ACESSO E TRAVESSIAS

RAMO DE ATIVIDADE: 3.453,00

MEDIDA DE PORTE: 286,033 comprimento em km

II - Condições e Restrições:

1. Quanto à Revogação:

1.1- este documento REVOGA o documento de Licença de Operação nº 04508/2024, de 14/11/2024.

2. Quanto ao Empreendimento:

2.1- período de validade deste documento: 07/02/2025 à 05/05/2026;

2.2- este empreendimento compreende a hidrovia da Lagoa dos Patos e Lago Guaíba, além de acessos e travessias na Lagoa dos Patos, Lago Guiba, Rio Jacuí a jusante da eclusa de Amarópolis, Delta do Jacuí e foz dos rios Caí, Sinos e Gravataí;

2.3- a hidrovia é o leito navegável da Lagoa dos Patos e do Lago Guaíba que interliga o Porto de Rio Grando ao Porto de Porto Alegre, e outros portos menores, que possua a cota mínima para navegação, mantidos através do desassoreamento periódico dos canais de navegação, assim como as bóias de balizamento e demais equipamentos;

2.4- os canais da hidrovia principal possuem 80 m de largura de fundo, exceto o canal de Itapuã que possui 110 m, com eixo iniciando e finalizando conforme apresentado no quadro de coordenadas geográficas dos eixos dos canais, taludes laterais com inclinação de 1:5 (altura e largura) e cota de fundo de 6 m;

2.5- os canais dos acessos possuem 10 m de largura de fundo, exceto o canal de Pelotas com 15 m e da Balseiras com 20 m, com eixo iniciando e finalizando conforme apresentado no quadro de coordenadas geográficas dos eixos dos canais, taludes laterais com inclinação de 1:2 (altura e largura), exceto Balseiras 1:5 e cota de fundo de 2,1 a 2,5 m;

2.6- os canais das travessias possuem 50 m de largura de fundo, com eixo iniciando e finalizando conforme apresentado no quadro de

coordenadas geográficas dos eixos dos canais, taludes laterais com inclinação de 1:5 (altura e largura) e cota de fundo de 2,1 no Guaíba e 4 m no Jacuí;

- 2.7- deverá ser feita a comunicação imediata ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN na hipótese de descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico, pré-histórico, histórico, artístico ou numismático, na área do empreendimento, conforme previsto no Art. 18 da Lei Federal n.º 3.924/1961;
- 2.8- deverá ser feita a comunicação imediata à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura na hipótese de descoberta fortuita de elementos de interesse paleontológico na área do empreendimento;
- 2.9- deverão ser cumpridas as normas da Marinha quanto à navegação e sinalização dos canais ao exercer a atividade;
- 2.10- o(s) empreendedor(es) deste empreendimento deverá(ão) manter o Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal - CTF/APP válido(s) (www.ibama.gov.br) e, caso haja inclusão de novo(s) empreendedor(es), este(s) deverá(ão), no prazo de até 60 (sessenta) dias, apresentar o(s) Certificado(s) de Regularidade do Cadastro Técnico Federal - CTF/APP válido(s), com correlação na(s) Ficha(s) Técnica(s) de Enquadramento:

<i>Categoria</i>	<i>Código</i>	<i>Descrição</i>
21	21 - 31	Operação de hidrovia - Lei nº 6.938/1981: art. 10

- 2.11- esta licença não isenta o empreendimento dos demais documentos obrigatórios por lei;

3. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:

- 3.1- em caso de ocorrência de ação danosa contra a ictiofauna deverão ser suspensos os trabalhos até que sejam analisadas as alternativas para normalização da situação;
- 3.2- no caso de identificação de quaisquer alterações na qualidade da água captada para abastecimento público ou nos balneários e áreas de lazer público, deverá ser imediatamente adotadas as medidas que o caso requerer para eliminar quaisquer poluições e/ou contaminações;

4. Quanto à Supervisão Ambiental:

- 4.1- o empreendedor deve manter responsável técnico (com ART) por fazer cumprir as condições e restrições desta licença, o qual deverá comunicar o órgão ambiental sempre que forem:
 - 4.1.1- constatadas não conformidades em relação à licença, informando a medida corretiva adotada ou plano de ação corretiva (no qual identifique local do ocorrido, ação corretiva proposta, responsáveis e cronograma);
- 4.2- o empreendedor deverá notificar à FEPAM e os órgãos municipais de saneamento quando do início, suspensões e finalização das atividades de desassoreamento;
- 4.3- deverá ser enviado à FEPAM, após a conclusão dos serviços de dragagem, no Relatório de Supervisão Ambiental, a descrição dos serviços executados ao longo do período, planta batimétrica ilustrando a configuração final resultante da dragagem, os volumes movimentados e os locais onde foram depositados, os impactos observados na fauna e flora aquática da Área de Influência Direta da dragagem e as medidas de recuperação das áreas afetadas, acompanhado de levantamento fotográfico e da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pelas informações prestadas;
- 4.4- deverá ser protocolado anualmente, no mês de maio, o Relatório de Supervisão Ambiental referente ao acompanhamento contínuo das atividades e do atendimento às condições e restrições desta licença, juntamente com memorial descritivo das atividades e ações acompanhado de registro fotográfico, e das ARTs dos responsáveis;
- 4.5- as margens da Lagoa dos Patos, Lago Guaíba e demais cursos hídricos, bem como a vegetação ciliar, deverão ser monitoradas quanto à degradação causada pela atividade, inclusive quanto a ocorrência de erosão e de instabilidade geotécnica quando verificadas;

5. Quanto às Manutenções e Obras Emergenciais:

- 5.1- está autorizado:
 - 5.1.1- o desassoreamento, solicitado no Plano Conceitual de Dragagem - PCD de Manutenção, referentes a Fase 1, com a remoção dos sedimentos recentemente depositados nos canais: Setia, Barra do São Gonçalo, Coroa do Meio, Feitoria, Itapuã e Furadinho;
 - 5.1.2- o desassoreamento dos canais da foz do Cai, foz do Sinos, foz do Gravataí, Pedras Brancas e Leitão que tiveram o PCD aprovado na FEPAM;
 - 5.1.3- o desassoreamento dos demais canais, em caráter de urgência, decorrente do assoreamento provocado pelas cheias, nos moldes dos demais Planos já apresentados na FEPAM;
- 5.2- a disposição final dos sedimentos deverá preferencialmente ser direcionada para fora do recurso hídrico tendo a possibilidade da utilização benéfica do material dragado, de acordo com a caracterização do mesmo;
- 5.3- poderá ser realizada a operação de descarga de fundo, sendo disposto o material resultante das atividades de dragagem de forma a não prejudicar a segurança da navegação e não causar danos significativos ao meio ambiente ou à saúde humana;

- 5.4- deverão ser cumpridas as normas da Marinha quanto à navegação e sinalização dos canais ao exercer a atividade;
- 5.5- os procedimentos de dragagem não poderão prejudicar os pontos de captação de água e zonas de balneabilidade existentes na área de influência do empreendimento;
- 5.6- o equipamento de dragagem deverá ter sinalização e identificação visíveis para fácil reconhecimento;
- 5.7- as dragas, embarcações e demais equipamentos deverão possuir sistema de contenção de vazamentos de combustível, óleos e graxas e receber manutenção preventiva, bem como somente poderão operar com toda a documentação necessária;
- 5.8- o abastecimento de embarcações deve observar as normas e procedimentos estabelecidos pela Marinha;
- 5.9- está autorizada a manutenção das bóias e demais sinalizações náuticas;
- 5.10- as coordenadas da localização do início e final dos eixos de cada canal da hidrovia deverão ser apresentadas na forma de graus decimais, Datum SIRGAS 2000, assim como as demais coordenadas de localização de outros elementos do estudo;

6. Quanto aos Óleos Lubrificantes:

- 6.1- todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser coletado e destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino, conforme legislação vigente;

7. Quanto aos Resíduos Sólidos:

- 7.1- deverá ser cumprido o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, em conteúdo compatível com o Art. 21 da Lei Federal n.º 12.305/2010, acompanhado da ART do profissional responsável pela sua execução;
- 7.2- todo material sólido sobrenadante resultado das operações de dragagem, os resíduos, restos de embarcações e/ou sucatas retiradas da desobstrução do canal, os resíduos retirados na desobstrução das tubulações e bomba deverão ser imediatamente recolhidos, armazenados na embarcação, e encaminhados para destinação adequada;
- 7.3- caso o empreendimento gere resíduos sólidos passíveis de logística reversa conforme a Lei Federal nº 12.305/2010 e suas regulamentações, deverá destinar corretamente estes resíduos em conformidade com as normas aplicáveis vigentes;
- 7.4- caso o empreendimento gere resíduos sólidos passíveis de logística reversa e que contenham metais pesados, tais como equipamentos eletroeletrônicos inservíveis, pilhas e baterias, baterias chumbo ácido e lâmpadas inservíveis contendo mercúrio, deverá ser atendido o disposto na Diretriz Técnica FEPAM nº 09/2022 ou legislação que vier a substituí-la;
- 7.5- os resíduos, restos de embarcações e/ou sucatas retiradas da desobstrução do canal, deverão ser armazenadas em local delimitado, para que lhes seja dado destino final em depósito adequado ou local de reciclagem próprio e devidamente legalizado;

8. Quanto aos Riscos Ambientais e Plano de Emergência:

- 8.1- em qualquer caso de derramamento, vazamento, deposição acidental de resíduos ou outro tipo de acidente, a FEPAM deverá ser comunicada imediatamente após o ocorrido, através do fone (051) 99982-7840 (24h), devendo ser apresentadas as medidas saneadoras, explicitando as já adotadas, em cumprimento ao disposto no Art. 10 do Decreto Estadual nº 38.356, de 1º de Abril de 1998, que regulamenta a Lei Estadual nº 9.921/93;
- 8.2- a FEPAM poderá a qualquer tempo suspender temporariamente as operações de dragagem com base nos resultados de monitoramento ou em episódios críticos de poluição, associados a eventos naturais, tais como baixos índices de oxigênio dissolvido, reversão do fluxo hídrico, níveis críticos de vazão ou ainda mortandade de peixes;
- 8.3- deverá ser mantida equipe treinada e equipamentos em condições de operação, para atendimento em possíveis acidentes envolvendo produtos perigosos;
- 8.4- deverão ser cumpridas as normas para Análise de Risco a fim de se evitar quaisquer probabilidades de acidentes quando a atividade for noturna ou com baixa visibilidade por causa de nevoeiros e cerração;

9. Quanto ao Monitoramento:

- 9.1- semanalmente durante a dragagem deverá ser efetuado o monitoramento da qualidade da água. Os locais de coleta das amostras deverão ser no máximo 50 m a montante e 50 m a jusante da operação da draga e dos locais de disposição do material dragado, quando for realizada no próprio curso hídrico, devendo os mesmos serem identificados com a data, as coordenadas do local de amostragem e enviados à FEPAM;
- 9.2- as coletas de água deverão ser realizadas nos períodos em que a draga e/ou maquinários estiverem operando e distribuídas dentro da pluma de turbidez resultante com o levantamento dos seguintes parâmetros: Mercúrio, Cromo VI, Cádmio, Alumínio, Arsênio, Chumbo, turbidez, PH, Cianetos e sólidos suspensos totais;
- 9.3- caso os resultados obtidos de qualquer um dos monitoramentos apresentem valores em desacordo com a legislação vigente, a FEPAM deverá ser informada antes do envio do relatório final;
- 9.4- todas as análises realizadas deverão ser efetuadas por laboratório cadastrado junto a FEPAM;

10. Quanto à Publicidade da Licença:

- 10.1- deverá ser instalada placa de identificação e divulgação desta Licença de Operação, conforme Portaria n.º 17/2009 DPRES e segundo modelo disponível em: www.fepam.rs.gov.br, junto das placas de identificação das Licenças de Operação do Porto de Rio Grande e de Porto Alegre;

III - Documentos a apresentar para renovação desta Licença:

- 1- acessar o Sistema On Line - SOL, em www.sol.rs.gov.br, e seguir as orientações preenchendo as informações e apresentando os documentos solicitados. O Manual de Operações se encontra disponível na tela de acesso.

Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá fazer Pedido de Alteração no SOL, imediatamente, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento.

Esta licença é válida para as condições acima até 05 de maio de 2026, caso ocorra o descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2025.

Este documento é válido para as condições acima no período de 07/02/2025 a 05/05/2026.

A renovação desta licença deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, conforme Art. 14 § 4.º da Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011.

Este documento foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site www.fepam.rs.gov.br.

fepam®.

DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICADOR

Gabriel Simioni Ritter

07/02/2025 17:17:43 GMT-03:00

01081643064

assinatura válida